

XXV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXV ENANCIB

GT3 - Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

A MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E A POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA: O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM FOCO COM BUSH E POP CIÊNCIA

INFORMATION MEDIATION AND THE POPULARIZATION OF SCIENCE: SUSTAINABLE DEVELOPMENT IN FOCUS WITH BUSH AND POP SCIENCE

Milton Shintaku - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)
Carla Maria Martellote Viola - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)
Maria Aniolly Queiroz Maia - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: este artigo destaca o projeto POP Ciência à luz do relatório Science, the Endless Frontier, de Vannevar Bush. Analisa de que maneira as diretrizes desse documento podem fortalecer a popularização da ciência no projeto. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e de natureza descritiva e exploratória, adotando as técnicas de análise documental e de conteúdo. Conclui que o “POP Ciência” adota os princípios de Bush para a realidade brasileira, articulando mediação da informação, diversidade regional e acesso democrático ao conhecimento científico para fortalecer o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e promover uma cultura científica inclusiva e sustentável.

Palavras-chave: POP Ciência; Science, the Endless Frontier; democratização da ciência; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Abstract: this article highlights the POP Ciência project considering Vannevar Bush's report Science, the Endless Frontier. It analyzes how the document's guidelines can strengthen the project's popularization of science. This is a qualitative, descriptive, and exploratory study, using document and content analysis techniques. It concludes that "POP Ciência" adopts Bush's principles for the Brazilian context, articulating information mediation, regional diversity, and democratic access to scientific knowledge to strengthen the National Science, Technology, and Innovation System and promote an inclusive and sustainable scientific culture.

Keywords: POP Ciência; Science, the Endless Frontier; democratization of science; Sustainable Development Goals.

1 INTRODUÇÃO

A popularização da ciência ganha cada vez mais centralidade nos debates sobre desenvolvimento sustentável, soberania tecnológica e democratização do conhecimento. Em um país com intensas desigualdades sociais como o Brasil, o acesso à informação científica, compreensão pública da ciência e fortalecimento das instituições produtoras de

conhecimento são condições para o exercício pleno da cidadania e para a efetivação de direitos difusos, como o direito coletivo à educação científica e ao acesso equitativo ao conhecimento, reconhecidos como pilares para o desenvolvimento sustentável e a justiça social. Os direitos difusos são aqueles de natureza indivisível, cujos titulares são pessoas indeterminadas e ligadas entre si por circunstâncias de fato. Eles não pertencem a um indivíduo ou grupo específico, mas à coletividade em geral. Caracterizam-se pela impossibilidade de fracionamento e pela ausência de determinação precisa dos beneficiários ou prejudicados (Brasil, 1990).

Nesse contexto, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), tem atuado em parceria com o Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (Consecti) para consolidar o Sistema Nacional de Informação Científica e Tecnológica (SNCTI), por meio do projeto “Implementação do painel de iniciativas de impacto dos estados e Distrito Federal dentro das políticas de inclusão social e popularização da ciência e tecnologia”, denominado “POP Ciência” (Ibict, [2025]). Tal projeto busca promover a integração entre redes de informação, o fortalecimento institucional do Consecti, Ibict e MCTI nos estados e distrito e a ampliação do acesso público às atividades das Unidades da Federação que promovam ações em prol da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Assim, o presente artigo propõe um diálogo entre as diretrizes do projeto “POP Ciência” (Ibict [2025]) e o clássico documento “Science, the Endless Frontier”, elaborado por Vannevar Bush em 1945 (Bush, 1945). Este relatório é considerado um marco na formulação de políticas de ciência e tecnologia e apesar de seus 80 anos de existência, permanece relevante pelas diretrizes que oferece para organização, financiamento e difusão da ciência. Apesar dos esforços institucionais e avanços tecnológicos, a comunicação da ciência com e para a sociedade permanece limitada no Brasil, uma vez que, além de promover o diálogo com diferentes públicos, deveria também direcionar informações de forma acessível e inclusiva, desenvolvendo estratégias capazes de superar barreiras como o acesso restrito, a linguagem excessivamente técnica, a fragmentação das iniciativas de divulgação e a ausência de ações coordenadas.

O projeto “POP Ciência” (Ibict [2025]) apresenta-se como uma proposta de resposta a essa lacuna, ao buscar articular poder público, sociedade civil e iniciativa privada em prol da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Vannevar Bush, por sua vez, já apontava, em 1945, que

o progresso científico exige planejamento, investimento em ciência básica, formação de talentos e difusão ampla do conhecimento produzido (Bush, 1945). A controvérsia atual está em como operacionalizar esses princípios em uma realidade desigual, marcada pela desinformação e pela desconexão entre políticas públicas de ciência e as demandas sociais do Brasil. A partir dessas conjecturas, questiona-se: (1) Quais diretrizes do relatório *Science, the Endless Frontier* (Bush, 1945) podem contribuir para o fortalecimento e a sustentação institucional, operacional e de longo prazo do “POP Ciência” (Ibict, [2025])?; (2) Em que medida a integração proposta pelo projeto “POP Ciência” (Ibict, [2025]) responde aos desafios apontados por Bush (1945) sobre a necessidade de um sistema coordenado de produção e difusão do conhecimento?; e, (3) Como articular as propostas de formação, financiamento e autonomia institucional com a realidade brasileira atual, a partir dos princípios do relatório de Bush (1945)?

Com base nos questionamentos propostos, este trabalho tem como objetivo analisar de que maneira as diretrizes do relatório *Science, the Endless Frontier*, de Vannevar Bush (1945), podem contribuir para o fortalecimento do projeto “POP Ciência” (Ibict, [2025]). Para isso, parte-se do reconhecimento de que a Ciência da Informação exerce um papel estratégico na sociedade contemporânea, ao organizar, recuperar e disseminar conhecimento de forma eficiente. Já nos anos 1940, Bush (1945) antecipava os desafios provocados pela explosão informacional e apontava a necessidade de desenvolver novos métodos para lidar com o crescente volume de dados científicos. A esse diagnóstico soma-se a relevância da mediação da informação como elemento central para a construção de uma ciência mais acessível, democrática e socialmente engajada.

2 FUNDAMENTOS EPISTÊMICOS DA MEDIAÇÃO E DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A Ciência da Informação (CI), enquanto campo interdisciplinar, tem como objeto central a análise dos processos de produção, organização, mediação e uso da informação, conforme destacado por Saracevic (1996). Sua abordagem enfatiza a interação entre sistemas de informação e usuários, situando a CI como uma disciplina que integra conhecimentos técnicos, cognitivos e sociais. Essa visão dialoga diretamente com a perspectiva de Le Coadic (2004), que define a CI como uma ciência social aplicada, voltada para a compreensão dos fenômenos informacionais em contextos específicos e, sobretudo, para sua função social.

Historicamente, a CI emergiu no pós-Segunda Guerra Mundial, em um contexto marcado pela explosão informacional e pela necessidade de métodos eficientes de recuperação e disseminação do conhecimento. Nesse cenário, Saracevic (1996) destaca a importância dos aspectos tecnológicos e cognitivos, enquanto Le Coadic (2004) reforça a dimensão sociocultural, argumentando que a informação só adquire significado dentro de práticas sociais concretas. Conceitualmente, ambos os autores convergem ao reconhecer que a CI não se limita ao estudo de sistemas técnicos, mas abarca também as dinâmicas humanas e institucionais que moldam a produção e o uso da informação. Se Saracevic enfatiza a mediação entre informação e usuário, Le Coadic (2004) amplia essa discussão ao inserir a CI no debate sobre democratização do acesso, ética informacional e políticas públicas.

A partir dessas perspectivas, os Sistemas de Informação, compreendidos como conjuntos estruturados de recursos tecnológicos, humanos e institucionais voltados à coleta, processamento, armazenamento e disseminação da informação, assumem papel estratégico na sustentação das políticas públicas de ciência e tecnologia orientadas pelos princípios da equidade, sustentabilidade e acesso universal e na efetivação do direito à informação, entendido como um direito difuso fundamental, ou seja, “um direito humano que busca proteger as exigências e as liberdades das pessoas e dos povos” (Anjos Filho, 2013, p. 89).

O projeto “POP Ciência” (Ibict, [2025]) situa-se exatamente na interseção entre a Ciência da Informação e os Sistemas de Informação, compreendidos como instrumentos tanto operacionais quanto políticos para a mediação entre o conhecimento científico e a sociedade. Nessa perspectiva, a Ciência da Informação fornece o arcabouço teórico e metodológico para organização, tratamento e disseminação da informação, enquanto os Sistemas de Informação oferecem as ferramentas tecnológicas para operacionalizar essa mediação. A proposta do POP Ciência parte dessa integração para enfrentar desafios históricos do Brasil, como a fragmentação e a desigualdade no acesso à Ciência, Tecnologia e Inovação promovendo canais mais acessíveis, integrados e inclusivos de comunicação científica.

Dessa forma, a Ciência da Informação, por meio da mediação da informação, busca compreender as necessidades informacionais de diferentes públicos e adaptar os fluxos de conhecimento, tornando-os mais relevantes e acessíveis. Essa intervenção na relação entre informação e usuário (Silva, 2015; Ulian; Almeida Júnior, 2022) é essencial para garantir que o conhecimento não apenas circule, mas também seja efetivamente apropriado em contextos sociais específicos. No âmbito dessa discussão, Almeida Júnior (2008, 2009) avança na

conceituação da mediação da informação, estruturando-a em dois eixos fundamentais: a interferência e a apropriação informacional. O primeiro diz respeito à atuação direta dos mediadores (como bibliotecários, arquivistas e gestores da informação) na organização e disponibilização dos recursos informacionais. Já o segundo refere-se ao processo pelo qual o usuário internaliza e transforma a informação em conhecimento, em um movimento ativo de construção de sentido.

Além dessa dualidade conceitual, Almeida Júnior (2015a, p. 28) distingue duas modalidades de mediação: a implícita, que "ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais onde as ações se desenvolvem sem a presença física imediata dos usuários" (como em catálogos online ou sistemas de busca automatizados), e a explícita, que "se materializa em contextos onde a presença do usuário é condição indispensável para sua existência" (como em atendimentos de referência ou atividades de formação de usuários). Essa distinção reforça a ideia de que a mediação não é um processo homogêneo, mas varia conforme as dinâmicas de interação entre sistemas, mediadores e usuários.

Em trabalhos posteriores, o autor reformula sua concepção teórica, incorporando novos pressupostos que destacam o caráter processual e transformador da mediação. Como afirma, "o conhecimento é dinâmico e se transforma na medida em que nossa relação com ele, com os outros e com a sociedade também se transforma" (Almeida Júnior, 2015b). Essa reformulação enfatizou especialmente: (1) A natureza dialética do processo mediador; (2) Sua continuidade temporal; e, (3) A interdependência entre sujeitos, conhecimento e contextos sociais.

Em consonância com tais perspectivas, a popularização da ciência ultrapassa a mera divulgação de resultados de pesquisas. Trata-se de uma prática informacional complexa que envolve estratégias de mediação da informação, construção de sentidos, acessibilidade cognitiva e inclusão digital. Nesses aspectos, Capurro e Hjørland (2003) propõem a concepção da informação como um processo dinâmico de interação entre sujeitos e contextos, o que reforça a necessidade de pensar os sistemas de informação de caráter científico como ambientes interativos, abertos e responsivos às necessidades da sociedade.

Dessa forma, a proposta de Vannevar Bush, ao defender em 1945 a constituição de um ecossistema nacional de ciência baseado no financiamento público, na autonomia dos pesquisadores e na ampla disseminação do conhecimento, antecipava muitos dos debates contemporâneos sobre a mediação da informação, a partir da ciência aberta e governança

informacional. Embora formulada em um contexto pós-guerra e com forte influência do modelo norte-americano de desenvolvimento, seu relatório permanece uma referência para pensar os fundamentos de uma política científica comprometida com o bem comum.

A Ciência da Informação, nesse contexto, atua como campo epistêmico e instrumental para orientar a mediação da informação e o fomento à cultura científica, além de atuar diretamente na operacionalização dos direitos difusos, pois trata da mediação de saberes, inclusão cognitiva e combate à exclusão informacional, tudo isso se conecta diretamente ao conceito de bem público global e ao direito coletivo ao conhecimento. Nessas perspectivas a inserção do projeto “POP Ciência” (Ibict, [2025]) no campo da Ciência da Informação contribui para consolidar uma abordagem crítica e propositiva da mediação da informação de acordo com as cinco dimensões de Gomes (2014, 2020) que são: dialógica, estética, formativa, ética e política.

As dimensões da mediação da informação propostas por Gomes (2014, 2020) são fundamentais para entender como a informação é gerida e compartilhada em diferentes contextos. A dimensão dialógica refere-se à interação e ao diálogo entre os mediadores e os usuários da informação, promovendo a troca de ideias e a construção coletiva do conhecimento, permitindo que os usuários se tornem participantes ativos no processo de mediação. A dimensão estética envolve a apresentação e a forma como a informação é comunicada visualmente, influenciando a percepção e a compreensão da informação, tornando-a mais atraente e acessível. A dimensão formativa relaciona-se com a educação e a capacitação dos indivíduos para lidar com a informação, enfatizando a necessidade de desenvolver habilidades críticas e reflexivas, permitindo que os usuários analisem, interpretem e utilizem a informação de maneira eficaz. A dimensão ética trata das questões morais e éticas envolvidas na mediação da informação, sendo crucial para garantir que a informação seja utilizada de maneira responsável e justa, respeitando os direitos dos indivíduos e promovendo a equidade no acesso à informação. Por fim, a dimensão política refere-se ao contexto social e político em que a mediação da informação ocorre, abordando como as estruturas de poder e as políticas públicas influenciam o acesso e a disseminação da informação, destacando a necessidade de uma abordagem crítica em relação às desigualdades informacionais. Essas dimensões são interligadas e devem ser consideradas em conjunto para uma compreensão abrangente da mediação da informação, ajudando a refletir sobre o papel

dos mediadores e a importância de criar ambientes informacionais que sejam inclusivos, éticos e que promovam a participação ativa dos usuários.

Nesse sentido, a contribuição da Ciência da Informação é dupla: atua como campo teórico para compreender a complexidade informacional da sociedade contemporânea e como campo técnico para desenvolver metodologias, instrumentos e práticas de gestão da informação científica (Capurro, Hjørland, 2003; Saracevic, 1996). A articulação entre esses dois níveis é essencial para que iniciativas como “POP Ciência” (Ibict, [2025]) não se limitem a soluções tecnocráticas, mas avancem na construção de uma ciência verdadeiramente democrática, inclusiva e sustentável. Portanto, o acesso à informação científica, a popularização do conhecimento e a democratização da ciência são expressões de direitos difusos contemporâneos, fundamentais para garantir a equidade preconizada no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 - Educação de qualidade que visa assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, no ODS 5 - Igualdade de gênero que tem por objetivo alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, no ODS 10 - Redução das desigualdades que pretende reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles e no ODS 16 - Paz, justiça e instituições eficazes que almeja promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis (Nações Unidas, [2015]).

3 METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória (Minayo, 2022). Serão utilizados os seguintes procedimentos: (1) Análise documental do projeto “POP Ciência” (Ibict, [2025]) (Cellard, 2014); (2) Análise de conteúdo (Bardin, 2021) do relatório *Science, the Endless Frontier*, elaborado por Vannevar Bush em 1945 (Bush, 1945) com foco nas recomendações aplicáveis à popularização da ciência; e, (3) descrição das confluências existentes nos documentos em prol da popularização da ciência, verificando aderências às propostas de fortalecimento da democratização científica com vista a Agenda 2030 (Nações Unidas, [2015]).

Destaca-se que a utilização da análise de conteúdo, conforme Bardin (2021), seguiu as etapas previstas para essa técnica: definição do corpus, estabelecimento de recortes temáticos, categorização e interpretação. O relatório *Science, the Endless Frontier* (Bush,

1945) foi examinado com foco específico nas recomendações aplicáveis à popularização da ciência, compondo o corpus de análise. A partir dele, foram identificadas e organizadas categorias centrais — (1) Formação de talentos e qualificação técnica; (2) Fortalecimento institucional e articulação federativa; e, (3) Democratização da ciência e acesso à informação — que possibilitaram uma leitura aprofundada e comparativa com as diretrizes do projeto “POP Ciência” (Ibict, [2025]). Tal procedimento permitiu ir além da mera descrição dos conteúdos, promovendo a interpretação crítica e contextualizada das mensagens originais, e evidenciando convergências e adaptações ao cenário brasileiro contemporâneo, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 (Nações Unidas, [2015]).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise comparativa entre o projeto “POP Ciência” (Ibict, [2025]) e o relatório “Science, the Endless Frontier” (Bush, 1945) permitiu identificar convergências significativas em três eixos estruturantes: (1) Formação de talentos e qualificação técnica: Assim como Bush (1945) enfatizava a importância da formação científica desde os níveis iniciais até a pós-graduação, o projeto “POP Ciência” (Ibict, [2025]) também se orienta pela valorização da formação de profissionais para a gestão da informação científica. Isso se expressa nas ações de capacitação técnica junto aos sistemas estaduais e na promoção da alfabetização informacional. (2) Fortalecimento institucional e articulação federativa: O relatório de Bush (1945) defendia a criação de uma agência nacional para coordenar os esforços científicos. No contexto brasileiro, o projeto “POP Ciência” (Ibict, [2025]) propõe uma governança em rede que conecta o poder público, a sociedade e a iniciativa privada, buscando superar a fragmentação e promover uma estrutura cooperativa e sustentável. (3) Democratização da ciência e acesso à informação: A proposta de Bush (1945) de levar a ciência ao público por meio de canais institucionais ressoa nas estratégias do projeto “POP Ciência” (Ibict, [2025]) para fomentar a cultura científica no Brasil. A consolidação dos eixos; (1) Eventos; (2) Espaços científicos-culturais; (3) Desenvolvimento científico e de inovação; (4) Diversidade na ciência; (5) Comunicação pública da ciência; (6) Pontos de ciência; (7) Cienciarte; e (8) Virada da ciência são ações concretas alinhadas a essa diretriz.

Esses resultados evidenciam que o projeto “POP Ciência” (Ibict, [2025]), ao mesmo tempo em que responde a desafios contemporâneos brasileiros, se apoia em fundamentos

teóricos consolidados na história da política científica internacional, como os estabelecidos por Vannevar Bush (1945). Dessa forma, o projeto “POP Ciência” (Ibict, [2025]) não apenas se alinha às diretrizes clássicas de Bush (1945) como também adapta tais princípios a uma realidade institucional e federativa complexa como a brasileira. Enquanto Bush (1945) propunha uma autoridade nacional única e centralizada para a promoção científica, a proposta POP Ciência” (Ibict, [2025]) aposta na mediação da informação a partir de uma rede colaborativa de atores presentes no poder público, na sociedade e na iniciativa privada, reconhecendo a diversidade regional como ativo estratégico.

Além disso, a defesa de Bush (1945) pelo investimento contínuo em ciência básica é reinterpretada no contexto brasileiro e adaptada à realidade tecnológica da atualidade como necessidade de infraestrutura informacional integrada, interoperabilidade entre plataformas, e formação de recursos humanos voltados à mediação da informação científica. Essa perspectiva está intimamente relacionada à efetivação de direitos difusos, como o acesso universal ao conhecimento, à educação científica e à informação pública de qualidade, considerados bens coletivos essenciais para o exercício da cidadania e para a promoção do desenvolvimento sustentável, conforme preconizado pelos ODS 4, 5, 10 e 16 da Agenda 2030 (Nações Unidas, [2015]). Outro ponto relevante diz respeito à autonomia das instituições científicas. Bush (1945) defendia que a pesquisa deveria ser protegida de pressões políticas imediatistas. O projeto “POP Ciência” (Ibict, [2025]) reforça essa noção ao propor um modelo descentralizado e técnico de governança, que protege a continuidade das ações de popularização da ciência, mesmo em contextos de instabilidade política e orçamentária.

Por fim, o conceito de "fronteira interminável" da ciência, trazido por Bush (1945), ganha ressonância na proposta de uma ciência popular que se atualiza continuamente, acompanha as demandas da sociedade e incorpora princípios de ciência aberta, transparência, inclusão e sustentabilidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do projeto "POP Ciência" à luz das diretrizes propostas por Vannevar Bush em seu relatório *Science, the Endless Frontier* demonstra a atualidade e relevância dos princípios históricos para as políticas contemporâneas de ciência, tecnologia e inovação. Embora elaborado em um contexto distinto do cenário brasileiro atual, o documento de Bush oferece bases sólidas que foram habilmente adaptadas e ressignificadas pelo projeto "POP

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

Ciência", evidenciando a importância da mediação da informação como eixo estruturante para o desenvolvimento científico nacional.

O estudo revela como o projeto brasileiro inova ao incorporar três elementos fundamentais: a articulação federativa em substituição a modelos centralizados, o reconhecimento da diversidade regional como valor estratégico e a mediação da informação científica como processo contínuo e transformador. Essa abordagem responde de maneira eficaz aos desafios históricos da comunicação científica no país, que frequentemente se depara com barreiras como a fragmentação de iniciativas, o acesso desigual e a dificuldade de apropriação do conhecimento por diferentes públicos.

Mais do que criar um Sistema de Informação eficiente, o "POP Ciência" se destaca por fomentar uma cultura científica participativa e comprometida com as demandas sociais, materializando a concepção de que o acesso à informação científica e à educação de qualidade são direitos fundamentais para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento sustentável. Essa perspectiva alinha-se diretamente com os Objetivos da Agenda 2030, reforçando o papel estratégico da ciência na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Os resultados evidenciam que a integração entre as diretrizes históricas de Bush e as necessidades contemporâneas do Brasil pode fortalecer significativamente as instituições científicas como articuladoras nacionais, garantir a continuidade das ações de popularização da ciência e promover a expansão de estratégias democráticas de mediação da informação. O estudo reforça, portanto, a importância de abordagens que combinem sustentabilidade institucional, colaboração entre diferentes atores sociais e compromisso com valores inclusivos - elementos indispensáveis para o avanço da ciência e da sociedade brasileira no século XXI. Por fim, a experiência do "POP Ciência" demonstra que a mediação da informação, quando compreendida em suas múltiplas dimensões (dialógica, estética, formativa, ética e política), pode servir como poderoso instrumento de transformação social, aproximando a produção científica das reais necessidades da população e contribuindo para a construção de um país mais justo, desenvolvido e sustentável.

Sugere-se investigações posteriores sobre os impactos do "POP Ciência" na formação de novos pesquisadores e mediadores científicos, acompanhando como as competências desenvolvidas se traduzem em práticas profissionais inovadoras. Estudos nessa linha poderiam contribuir para a construção de um marco teórico-prático sobre mediação da informação científica no século XXI, atualizando os princípios de Bush para a era digital.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: ampliando o conceito de disseminação. *In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). Gestão da Informação e do Conhecimento*. São Paulo: Editora Polis, 2008. v. 1. p. 41-54.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 89- 103, jan./dez. 2009. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170/170>. Acesso em: 27 abr. 2025.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In: BORTOLIN, Sueli; SANTOS NETO, João Arlindo; SILVA, Rovilson José da (org.). Mediação oral da informação e da leitura*. Londrina: ABECIN, 2015a. p. 09-32.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Mediação da informação: dimensões**. Marília, SP: Infohome, nov. 2015b. Disponível em: https://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=939. Acesso em: 27 abr. 2025.

ANJOS FILHO, Robério Nunes dos. **Direito ao desenvolvimento**. São Paulo: Saraiva, 2013.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2021.

BRASIL. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, 12 set. 1990.

BUSH, Vannevar. **Science, the Endless Frontier: a report to the president on a program for postwar scientific research**. Washington, D.C.: United States Government Printing Office, 1945.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. The concept of information. **Annual Review of Information Science and Technology**, [S. l.], v. 37, p. 343-411, 2003. Disponível em: <https://asistdl.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/aris.1440370109>. Acesso em: 23 abr. 2025.

CELLARD, André. A análise documental. *In: POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. p. 295-316.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GOMES, Henriette Ferreira. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2014v19n2p46>. Acesso em: 23 abr. 2025.

GOMES, Henriette Ferreira. Mediação da informação e suas dimensões dialógica, estética, formativa, ética e política: um fundamento da Ciência da Informação em favor do protagonismo social. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-23,

XXV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XXV ENANCIB
Rio de Janeiro, RJ - 03 a 07 de novembro de 2025

2020. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n4.57047>. Acesso em: 23 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA (Ibict). **CIÊNCIA POP**, [2025]. Disponível em: <https://cienciapop.ibict.br/>. Acesso em: 23 abr. 2025.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. [2015]. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 08 maio 2025.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/37415>. Acesso em: 27 abr. 2025.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. Percepções conceituais sobre mediação da informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, SP, v. 6, n. 1, p. 93-108, mar./ago. 2015. Disponível em: DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v6i1p93-108. Acesso em: 27 abr. 2025.

ULIAN, Simone Maria Gonçalves de Oliveira; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e seus impactos na formação da consciência de classe operária. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1797>. Acesso em: 27 abr. 2025.